

TEMPORALIDADE, ESPAÇO E PALAVRA

Maurício Serva*

RESUMO

O presente artigo constitui-se numa tentativa de análise das mudanças provocadas pela dimensão temporal nos usos, finalidades e necessidades da palavra, enquanto prática simbólica, observadas em determinados espaços de significação e ação social. Tais espaços — moradia, fábrica e greve — suas organização e dinâmica específicas, são abordados a partir da cidade de São Paulo, enfocando o período compreendido pelo séc. XX, face à dimensão simbólica da palavra nos conflitos sociais ali decorridos.

Palavras-chave

Espaço. Tempo. Palavra. Lutas simbólicas. Organizações sociais.

Introdução

Este texto busca demonstrar as transformações verificadas em determinados espaços de significação (e ação) social como efeitos da temporalidade, que traz consigo novas necessidades, usos e finalidades da palavra, enquanto prática simbólica embutida nas interações e lutas sociais.

* Professor Adjunto da Escola de Administração da UFBA, pesquisador do CETEAD, mestre e doutorando em administração pela EAESP/FGV

Tomaremos como referencial a cidade de São Paulo, mais exatamente no que diz respeito a determinados “espaços” — moradia, fábrica e greve — enfatizando as mudanças substanciais neles ocorridas no transcurso do século XX.

Neste sentido, interessa-nos ajudar a identificar as principais mudanças observadas nas representações de alguns grupos sociais; nas formas de encaminhamento e defesa dos seus interesses; nas éticas embasadoras de suas práticas; bem como o processo de imputação de sentido nas lutas simbólicas que permeiam tais práticas onde a palavra é um dos elementos centrais; empreendendo assim a análise comparativa de uma cidade que teve a sua população ampliada de 580.000 habitantes em 1920 para cerca de 15.000.000 nos anos 90, configurando-se num verdadeiro exemplo de sociedade de massas, tornando-se atualmente a sexta maior cidade do mundo.

DA MORADIA AO “PEDAÇO”

Na São Paulo operária dos primeiros anos deste século, no “lado de lá”*, o entorno da moradia é onde, primordialmente, gira o mundo da sociabilidade, onde a palavra circula sem restrições. Espaço no qual o coletivo estabelece e põe em movimento, espontaneamente, no plano das interações travadas no cotidiano, os códigos sociais e saberes práticos, regras de convivência, que caracterizavam aqueles cenários sociais nos quais a comunicação aberta é a mola mestra, produto e produtora essencial do tecido social.

* Expressão presente no imaginário da época, que designava os bairros operários situados além do rio Tamanduateí, notadamente o Brás, a Mooca e o Belenzinho.

O tipo de moradia básico daqueles bairros e, principalmente, a ordenação dos trabalhos a eles inerente, desmitifica o imaginário dominante da “cidade”* na época que ao representá-la pintava um quadro pejorativo de “desordem, promiscuidade e sujeira”**. Os bairros do “lado de lá” estavam ainda se constituindo, em pleno processo de consolidação. As linhas divisórias internas eram marcantes, as divisões étnicas, por exemplo, imperavam com grande força na delimitação dos espaços, fruto de uma socialização incipiente devido ao pouco tempo decorrido do fluxo imigratório.

Ainda assim, a vida cotidiana partilhada coletivamente nos bairros proletários foi a instância geradora da identidade dos trabalhadores, criando as condições próprias para a organização dos mesmos nos embates contra os patrões, contra uma sociedade que usufruía dos frutos de seu trabalho ao passo que os oprimia simbólica e materialmente. Foi a multiplicidade de eventos, grandes, tais como as festas religiosas, o carnaval, os bailes, as peças teatrais, ou pequenos, como as caminhadas diárias de casa para o trabalho e vice-versa, o bate-papo nos botequins, os encontros das donas de casa na lavagens de roupa, dentre outros, que impulsionaram a luta simbólica pela reversão de um imaginário que perversamente denegria o trabalho operário, e a luta material manifestada pelas primeiras greves da história do país.

Os primeiros movimentos políticos dos operários, de tendência nitidamente anarquista, buscavam, através de uma imprensa própria, a imputação de novos significa-

* Zona urbana de concentração da classe burguesa, também representada no imaginário da época, compreendida pela Consolação, Centro, Av. Paulista e adjacências.

** Para uma descrição detalhada daquela região paulistana no início do século, ver Paoli (1991).

dos para o trabalho: a dignificação do labor correspondia à própria valorização do trabalhador enquanto detentor de uma inteligência que propiciava um saber próprio e criador de riquezas. A histórica greve geral de 1917, hoje considerada um marco do movimento operário brasileiro, foi fundamental para a mudança da representação social do operariado no Brasil. Segundo Paoli, aquele movimento político ao se dirigir fisicamente para a “cidade”, “... *representa aquilo que a funda [a classe operária] como uma imagem espacial, que quer um lugar físico e simbólico para a sua existência e para a sua perpetuação*” (Paoli, 1991, p.40).

A pluralidade, a força e a riqueza das interações espontâneas do cotidiano, engendraram a magia* que transformou atos sociais em fatos históricos, marcando decisivamente a vida daquelas comunidades, conferindo-lhe um profundo sentido na história da sociedade brasileira como um todo.

Várias décadas depois, engolfados por uma urbanização agressiva e consolidados por uma socialização homogeneizadora que apaga paulatinamente as suas antigas linhas divisórias internas, os bairros do “lado de lá” apresentam uma configuração típica de “bairros populares” de uma metrópole, onde o espaço propício para a intensificação da vida cotidiana compartilhada coletivamente em muito se assemelha à imagem do “pedaço” como caracterizado por Magnani (1982). A São Paulo operária dos anos vinte transmutou-se numa megalópole dos anos noventa, o “lado de lá” tornou-se a “Zona Leste”.

* Aqui empregada no mesmo sentido que Bourdieu (1989), uma força produzida no social que pode produzir transformações e novas representações nas próprias configurações sociais.

No *pedaço*, como na *moradia*, o ponto de referência continua sendo a casa, a pedra angular, ainda a palavra. A ética predominante nas relações sociais é a *ética da casa**, que é estendida ao espaço onde alguns pontos delimitam claramente o seu núcleo: os pontos de ônibus, alguns bares, a padaria, o campo de futebol, etc.; e que não possui limites muito precisos pois suas bordas são fluidas (Magnani, 1982). A territorialidade do pedaço é determinada menos pelo recorte oficial que nomeia as regiões da cidade do que pela densidade das interações sociais embasadas na *ética da casa*.

Dentro do pedaço pode-se “ser alguém”, a identidade é construída e reconstruída socialmente, no cotidiano. Há a permanente possibilidade de cada um ser reconhecido, seja por ser filho de fulano (principal fonte de identidade), irmão de sicrano, amigo de beltrano. Segundo Magnani, “*pertencer a um pedaço significa poder ser reconhecido a qualquer momento, e implica o cumprimento de determinadas regras [...] todo lugar fora do pedaço é aquela parte desconhecida do mapa, e portanto do perigo*” (Magnani, 1982, p.76).

A expansão urbana incontrolada, acompanhada das desigualdades e injustiças sociais grosseiras acarretando a violência e insegurança generalizadas, modificou sensivelmente o locus das interações espontâneas, do cotidiano compartilhado, uma das fontes da construção da identidade — talvez o “pedaço” de hoje seja muito menor que os espaços de interação do antigo “lado de lá”.

A massificação também foi acompanhada da diversificação das ocupações, fruto do capitalismo tardio que

* Ética presente na sociedade brasileira, contaminadora da conduta social que leva essencialmente em conta os sentimentos familiares de agregação, proteção, afiliação; e que tem como base a pessoa, e não o indivíduo, conforme Da Matta (1987).

superdimensiona as atividades administrativas e o terciário. A condição operária, comum a praticamente todos os habitantes do “lado de lá”, hoje talvez nem seja a dominante, dificultando a construção da identidade pela base material, já que as atividades burocráticas e aquelas inseridas na economia informal dissimulam a dominação e a exploração econômica às quais estão também sujeitas (Oliveira, 1987). Isto posto, seria então legítimo afirmar que hoje a identidade é cada vez mais fruto das interações fora do âmbito do trabalho? tal questionamento provoca-nos, simultaneamente, intriga e fascínio.

De “lado de lá” a “Zona Leste”, da *moradia* ao *pedaço*, a circulação livre da palavra continua sendo a marca de um espaço de convivência regido predominantemente pela *ética da casa*. A palavra hoje sofre a forte influência do fenômeno da mídia, da comunicação de massa. Pode ser considerada como uma palavra insistentemente seduzida pela pasteurização; talvez menos “autêntica”, portanto. Entretanto, mesmo bombardeada pela sociedade de massas e seus aparatos, é ela, palavra, a marca inelutável deste espaço.

A FÁBRICA: DO SILÊNCIO À PALAVRA RESTRITA

A fábrica era o “mundo privado do silêncio”*. Sinal do progresso para os habitantes da “cidade”, do desencanto para os do “lado de lá”. Caracterizado pela ausência da palavra, a fábrica constituía-se num espaço privativo dos seus donos, à sociedade não era dado saber o que se passava no seu interior.

* Conf. Paoli (1991).

Opressão, exploração desenfreada, discriminação racial e sexual, abuso de menores. O início da industrialização brasileira, concretizado naquela região da cidade de São Paulo, guarda algumas similaridades com a Inglaterra e a França da Revolução Industrial. Coube ao movimento operário a revelação das condições sub-humanas de vida naquele mundo do trabalho.

A adaptação forçada ao ritmo artificial e alucinante das máquinas, o rígido padrão disciplinar que incluía maus tratos físicos a crianças, a superexploração da força de trabalho eram complementados com a supressão sumária da palavra, seres humanos transformados em máquinas vivas. Tais máquinas não necessitavam nada mais além de entender ordens, no campo da expressão apenas o bastante para reproduzi-las, num binômio comunicativo estímulo-resposta que reafirma a circularidade da máquina à máquina, onde o artificial e o vivo se confundem e se indiferenciam. Enfim, "lugar de trabalho não é lugar de conversa".

O alto grau de repressão, inclusive da palavra, nas fábricas da época, segundo Paoli, "... gerou uma sociabilidade apenas defensiva entre seus trabalhadores [...] em si mesmo, este espaço não moldou nenhum pólo positivo de continuidade: não gerou identidades nem projetos" (Paoli, 1991, p.33).

Curiosamente, a ética predominante das relações sociais na fábrica era a *ética da casa*. Porém, a *ética da casa* colonial, uma ética escravocrata. Aos patrões pertenciam *todos* os meios de produção, incluindo os *seus* trabalhadores. O cotidiano da fábrica, portanto, não era assunto do restante da sociedade, a ela não dizia respeito, enquanto espaço privativo dos patrões.

A ética escravocrata conceituava como uma dádiva, uma verdadeira concessão, a contrapartida oferecida pelo trabalho realizado. Os operários insatisfeitos eram

vistos como ingratos, mal agradecidos para com aqueles que lhes garantiam os meios para o seu sustento. As “concessões”, tipicamente paternalistas, produtos de uma sociedade patriarcal, estendiam-se por vezes à creches, casas em vilas operárias ao estilo inglês, doação de remédios. A filiação simbólica do proletariado ao capitalista seguia a tradição da cultura familiar, sancionada (e, abençoada) pela igreja: pelo batismo, o patrão passava a ser o padrinho do filho do operário ou vice-versa. Não raramente o patrão era tratado como *papai* por operárias. As concessões e o entrelaçamento familiar simbólico proporcionavam um amplo controle social dos trabalhadores, fortalecido por exigências de fidelidade e lealdade só comparáveis aquelas da família colonial, portanto legítimas, uma vez que essa foi a instância fundante das instituições sociais.

O movimento operário faz ruir o muro grosso da fábrica. Desvela e desvenda, torna transparente para a sociedade o mundo privado do silêncio. Após 1930, pelas próprias necessidades internas do desenvolvimento capitalista, o Estado passa a exercer a regulação do espaço da fábrica, admitindo-o definitivamente como um espaço social.

É a adoção de uma nova ética, a ética da rua*. O trabalho passa a ser um tema de interesse da sociedade, as relações sociais a ele inerentes ganham parâmetros legais, a organização do trabalho passa a ser um objeto científico. Em 1931, instala-se no Brasil o Instituto de Organização Racional do Trabalho — IDORT, primeiro

* Ainda segundo Da Matta (1987), esta ética, ao contrário da anterior, alicerça outras condutas sociais, pois baseia-se em mecanismos impessoais, burocráticos, leis, produzindo discursos totalizados e formais, onde o ponto focal é o indivíduo, e não a entidade moral caracterizada pela pessoa.

difusor sistemático de metodologias administrativas importadas (Oliveira, 1990). Implanta-se, pouco a pouco, a divisão parcelar do trabalho, a “administração científica”, surgem os gerentes, a era do taylorismo.

Seria ilusório pensar que a introdução da *ética da rua* no mundo do trabalho foi automática e plenamente aceita. Ao contrário, a ambiguidade, o conflito, são elementos ainda centrais no cenário. Enquanto em seu discurso os trabalhadores exigiam direitos, portanto a adoção da *ética da rua* que poderia definitivamente tornar a fábrica um espaço regido publicamente, os industriais respondiam com o discurso doméstico (“aqui somos uma família”); perpetuando a ética da casa escravocrata que mantinha a fábrica como um espaço privado. As lutas simbólicas têm suas regras, suas práticas e arenas que a singularizam; embora mantendo fortes ligações com a instância econômica, a ela são irredutíveis (Bourdieu, 1989).

Durante todo o apogeu do taylorismo e mesmo com a regulação estatal das relações de produção, a fábrica continuou a ser um espaço onde a ambiguidade entre as duas éticas — casa e rua — perdura. O próprio patronato oscila entre estes dois pólos, evocando a *ética da rua* principalmente em situações de crise, quando a legislação ditatorial eliminou o direito de greve, por exemplo. O poder de uso da palavra sempre foi ilimitado para os patrões, podiam inverter o seu sentido; criar mitos, produzir novas representações, ao sabor das circunstâncias e dos próprios interesses, afinal esta é a *sua fábrica*.

No que concerne aos trabalhadores, a administração científica, o taylorismo e o conseqüente *gerencialismo*, operaram a tecnificação da linguagem no âmbito da produção que enquadrou a palavra numa redoma pobre, limitando os seus significados, exaurindo-a de toda a sensibilidade em função de uma racionalidade puramen-

te instrumental (Oliveira, 1990). A fábrica permanece o mundo do silêncio, na medida em que o único escape à palavra é o código, comunicação tecnicada, padronizada. Fora do código, o trabalho continua “não sendo lugar de conversa”; a reflexão coletiva, a intersubjetividade que poderia ser viabilizada pela palavra é interdita, apenas à cúpula dirigente é dado refletir e discutir o trabalho, muitas vezes auxiliada por consultores *especializados*.

No último quarto deste século, a crise econômico-produtiva do taylorismo abre campo para um novo paradigma: a chamada produção flexível ou pós-fordismo. Nessa nova configuração, quais seriam as perspectivas para a palavra?

Uma resposta plenamente satisfatória a essa questão encontra, até então, algumas dificuldades, já que a temporalidade é essencial para a compreensão do social-histórico; o distanciamento temporal dos fatos auxilia a ampliação da percepção das realidades por eles reveladas. Entretanto, podemos nos reportar brevemente a uma experiência recente que poderá esclarecer inicialmente os contornos nos quais a palavra na fábrica pós-fordista estaria confinada.

Quase um século após a São Paulo operária das imagens ricamente reconstruídas por Paoli, significativamente no Belenzinho, bairro do antigo “lado de lá” onde a industrialização eclodiu, situa-se uma antiga fábrica de biscoitos, desde 1967 adquirida pelo maior grupo multinacional do setor de alimentos em atividade no Brasil. O sindicato dos trabalhadores solicitou a nossa ajuda para acompanhar a implantação de um plano de “qualidade total”, desencadeado pela empresa em 1991, concomitante a automatização dos processos e atualização administrativa, numa nítida perspectiva pós-fordista.

A empresa denomina os trabalhadores “colaborado-

res”; a introdução do novo estilo administrativo e processo produtivo é acompanhada de intensa propaganda interna utilizando todos os meios de comunicação possíveis, com destaque para vídeos onde se dá ênfase que “aqui somos uma grande família”. Os operários são incitados à *participação*: grupos são formados para discutir o processo produtivo, dar sugestões, as pessoas são incentivadas a resolver os problemas sem esperar pela ação da hierarquia. Tudo se passa numa atmosfera onde agora o trabalhador *pode e deve falar*.

No entanto, ao visitarmos a fábrica para levantar junto aos operários as impressões sobre o novo sistema, a empresa montou um verdadeiro “esquema de segurança”: éramos sempre cercados por chefes durante todo o tempo que percorríamos as instalações, as entrevistas com os operários foram ostensivamente fiscalizadas pelos chefes, inibindo acintosamente qualquer opinião discordante, críticas e manifestações de insatisfação; ao passo que os chefes tentavam insistentemente convencer-nos que o plano era perfeito. As nossas visitas duraram trinta dias; a partir da segunda semana, iniciamos uma estratégia alternativa para interagir com os trabalhadores: passamos a conversar com eles durante o período de almoço, pois é um hábito deles descansar após as refeições num pátio fora do refeitório; lá, os operários costumam se reunir para tomar sol e conversar, aproveitando os poucos minutos que restam do intervalo para se comunicarem como seres humanos livres, sem a imposição da palavra tecnicada e a vigilância das chefias.

Então, finalmente, pudemos colher os depoimentos sem constrangimentos. Eles revelaram as condições às quais estavam recentemente submetidos: aumento alucinante do ritmo de produção, adaptação forçosamente acelerada à automatização, ameaças sutis de demissão para aqueles que demorassem a se enquadrar no novo

sistema, aumento substancial da responsabilidade individual pois agora cada um cuidava da manutenção do próprio equipamento e principalmente da coordenação intersetorial (atividades antes exercidas pelas chefias) sem nenhuma recompensa material como contrapartida (apenas vagas promessas).

Participamos, como ouvintes pois a empresa só nos permitiu essa condição, de algumas reuniões dos novos grupos de produção. O que vimos foi estarrecedor: os chefes conduziam todas as sessões, onde os trabalhadores eram incitados a acusarem-se uns aos outros pelas falhas no trabalho, aqueles que se recusavam a falar eram bombardeados com provocações tais como: “estais com medo?”. As reuniões eram meras sessões onde prevalecia a delação e o individualismo, a despeito da propalada cooperação requerida pela empresa aos “colaboradores”; o sentimento de união, de reconhecimento de classe era paulatinamente afastado em função de uma visão fragmentada do conjunto dos trabalhadores e do próprio processo produtivo. A agressividade acumulada pelo permanente estado de tensão provocado pela exigência imediatista de acelerada assimilação a novos processos de trabalho (sob pena de demissão), aliado ao ritmo cada vez mais acelerado das máquinas automatizadas, era toda ela canalizada para os colegas que falhavam, que erravam, a eles eram endereçadas todas as manifestações das emoções negativas.

Neste exemplo de pós-fordismo, curiosamente incrustado no Belenzinho, bairro do antes “lado de lá”, hoje “Zona Leste”, o trabalhador agora pode e deve falar — só que apenas das máquinas, do processo, da resolução de problemas estritamente produtivos, e das culpas pelas falhas. Os sentimentos, a sensibilidade, as frustrações, as consequências da opressão, como também o

lúdico, a divagação, o humor, continuam interditos.

Dos primórdios onde o capataz ditava as regras, passando pelo taylorismo com os gerentes comandando cientificamente, ao pós-fordismo da qualidade total, a temporalidade no espaço da fábrica não libertou a palavra, ao mundo do silêncio ela apenas trouxe a palavra restrita.

A GREVE: DA BUSCA DA UNIDADE À INSTITUCIONALIZAÇÃO

A greve e seus rituais, no início do século, ultrapassam a significação tanto da moradia como da fábrica.

A greve foi o espaço/tempo mágico: o tempo da viabilização da unidade, o espaço propício para as representações da unidade pela unidade das representações. Espaço/tempo complexo por natureza, quando a multiplicidade é reconhecida e representada na unidade, quando o múltiplo se faz *Um*.

Pela magia, pela força da greve e suas representações, os trabalhadores do “lado de lá” fizeram ruir os altos muros da fábrica, mostraram definitivamente aos habitantes da “cidade” as suas condições de vida e de trabalho, a sua condição de reais produtores da riqueza da cidade, exigiram o reconhecimento legítimo da sua própria existência e reprodução. A força da palavra incontida, livre, gritada nas ruas da “cidade”, sem mediações, sem racionalizações, direto do coração às cordas vocais para a Praça da Sé e Avenida Paulista, mostrava a sua pujança.

Enquanto momento de síntese entre o mundo da palavra — a moradia — e o mundo do silêncio — a fábrica — a greve nos faz recordar, análogamente, ao

que Da Mátta (1987) denomina *ética do outro mundo*, a síntese operada pela sociedade brasileira entre a *ética da casa* e a *ética da rua*. Um espaço/tempo absorvedor de uma tensão dialética entre dois pólos contraditórios, onde a palavra cumpre papel fundamental.

Nos dias de hoje, a burocratização da sociedade oportunizou a institucionalização da greve. Ela foi legitimada e legalizada; sua representação passou a ser *oficial*. Aparelhos burocratizados, os sindicatos, organizados nos moldes semelhantes às demais organizações da sociedade burocrática são oficialmente encarregados da produção da representação legítima. Neles, profissionais da representação formulam e veiculam a palavra que deve levar à sociedade os pleitos dos seus representados. As reivindicações são recebidas, debatidas e negociadas em espaços também burocraticamente definidos: as câmaras de negociação, os tribunais, as delegacias do Ministério do Trabalho. A teatralidade é encenada, muitas vezes, com ampla cobertura da imprensa, conferindo a determinados representantes *status* comparável aos artistas que desfilam pela mídia através de seus *hapennings*.

Ainda que manifestações de rua por vezes aconteçam, não são mais o ápice do movimento. Seus momentos decisivos ocorrem nos espaços fechados onde a palavra foi enquadrada, *civilizada*, proferida pelos dirigentes, e muitas vezes os próprios trabalhadores nunca sabem o que foi realmente dito.

O encanto, a força, a magia da palavra livre das greves primeiras foram substituídos pela institucionalização. Através desta, a temporalidade domesticou a palavra viril — que assim o era porque tinha a mesma *cor* do sentimento que a originava — encarcerando-a nos gabinetes do poder e pasteurizando-a enquanto mais uma atração do telejornal das *oito*. Ela não é mais o

espaço/tempo da unidade, do múltiplo no *Um*; tem até prazo (data do dissídio) e lugar prováveis para acontecer.

A palavra da greve de hoje é a própria constatação de uma das consequências da sociedade industrial, apontada por Marcuse (1978): *a derrota lógica do protesto*.

ABSTRACT

This text intends to show the transformations which occurred in some spaces of social signification as a consequence of temporality, which provokes new necessities, uses and purposes of the word as a symbolic experience in the interactions and social conflicts. Some spaces of the city of São Paulo, such as residences, factories and strikes will be analysed; this analysis will highlight important changes that occurred during the XX Century.

Key Words

Space. Temporality. Word. Symbolic disputes. Social Organizations.

BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, Pierre (1989). *O poder simbólico*. Lisboa, Difel.
- DA MATTA, Roberto (1987). *A casa & a rua*. Rio de Janeiro, Guanabara.
- MAGNANI, José G. C. (1982). "Os pedaços da cidade", in: *Espaço e Debates*. São Paulo, ano II, no 5, pp.67-80.
- MARCUSE, Herbert (1978). *A ideologia da sociedade industrial — o homem unidimensional*. 6a ed. Rio de Janeiro, Zahar.
- OLIVEIRA, Francisco de (1987). *O elo perdido — classe e identidade de classe*. São Paulo, Brasiliense.
- OLIVEIRA, Maurício R. Serva de (1990). *A importação de metodologias administrativas no Brasil*. São Paulo, dissertação de mestrado, EAESP/FGV.
- PAOLI, Maria Célia (1991). "São Paulo operária e suas imagens (1900 - 1940)", in: *Espaço e Debates*. São Paulo, ano XI, n33, pp.27-41.